

REQUERIMENTO Número /XII
(.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Colocação de militares na reserva em ambiente escolar sem paralelo num estado democrático

Destinatário: Ministério da Educação e Ciência

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Na mesma semana que na Assembleia da República foram discutidas uma petição e propostas legislativas para reforçar o corpo de auxiliares nas escolas, o Ministério da Educação e Ciência anuncia que no próximo ano lectivo irá colocar os militares em reserva a vigiar as escolas para “assegurar as funções de vigilância escolar, com especial incidência nos recreios e junto das imediações da vedação escolar”. Existe já um programa de segurança específico para as escolas em parceria com a PSP, que é chamada a intervir no interior da escola apenas em casos extremos de necessidade. A segurança do ambiente escolar no interior da escola é um atributo do pessoal não-docente por razões concretas: gerir a comunidade de alunos exige preparação pedagógica para tal. O que o MEC se prepara para fazer é instituir uma cultura de autoridade militar dentro do espaço escolar devido à insegurança criada pela redução drástica de pessoal auxiliar preparado para as suas funções.

Não se conhece um único país democrático onde a presença de militares na escola seja uma política sequer aceitável. O Bloco de Esquerda condena esta decisão inaudita que viola toda a cultura da escola pública.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, a seguinte pergunta:

- 1 – Qual é a preparação pedagógica dos militares na reserva que os habilita a trabalhar em ambiente escolar?
- 2 – Como justifica a permanente redução do corpo não-docente nas escolas e simultaneamente anuncia este recurso inaudito?
- 3 – Vão os militares ser autorizados ao uso da força dentro do espaço escolar?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Palácio de São Bento, 15 de junho de 2015.

**O deputado,
Luís Fazenda**